

# DIREITO PUBLICO BRAZILEIRO

E ANALYSE

## DA CONSTITUIÇÃO DO IMPERIO.

Libertatis amor stabili nos foedere  
junxit.

La constitution est l'expression des  
droits, et des obligations des dif-  
ferentes pouvoirs publiques.

Les lois ne sont que le resultat et  
l'expression des droits et des de-  
voirs de l'homme.

A la loi son empire, aux hommes  
leur dignité.

Pelo Dr. José Antonio Pimenta Bueno.

Doado ao TRT - 3ª Região  
Pelo MM. Juiz  
Carlos Denis Machado



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E C.

RUA DO OUVIDOR N. 65.

1857.

# INDICE.

TITULO VII. — Do poder judicial . . . . .	327
CAPITULO I. — Da natureza do poder judiciario, sua delegação, independencia e responsabilidade. . . . .	x
Secção 1. <sup>a</sup> — Da natureza e missão do poder judiciario . . . . .	»
Secção 2. <sup>a</sup> — Da delegação do poder judicial. . . . .	329
Secção 3. <sup>a</sup> — Da independencia do poder judiciario . . . . .	332
Secção 4. <sup>a</sup> — Da responsabilidade legal e moral dos juizes . . . . .	336
CAPITULO II. — Da organização, instancias e divisão judiciaria . . . . .	338
Secção 1. <sup>a</sup> — Da organização judiciaria . . . . .	x
Secção 2. <sup>a</sup> — Dos tribunaes de primeira e segunda instancia, ou dos recursos . . . . .	341
Secção 3. <sup>a</sup> — Da divisão judiciaria. . . . .	343
CAPITULO III. — Da natureza, importancia e composição do supremo tribunal de justiça. . . . .	344
Secção 1. <sup>a</sup> — Da natureza e importancia do supremo tribunal . . . . .	»
Secção 2. <sup>a</sup> — Da composição do supremo tribunal de justiça . . . . .	348
CAPITULO IV. — Da principal attribuição do supremo tribunal de justiça, ou da revista. . . . .	349
Secção 1. <sup>a</sup> — Da revista no interesse da parte, e das sentenças que são susceptíveis deste recurso. . . . .	»
Secção 2. <sup>a</sup> — Da revista no só interesse da lei . . . . .	358
Secção 3. <sup>a</sup> — Dos unicos cosos que autorisão o provimento da revista. . . . .	362
Secção 4. <sup>a</sup> — Da autoridade das decisões da revista proferidas pelo supremo tribunal de justiça . . . . .	375
CAPITULO V. — Das outras attribuições do supremo tribunal de justiça. . . . .	379
Secção 1. <sup>a</sup> — De sua attribuição sobre os conflictos de jurisdicção entre os tribunaes das relações e sobre suspeições. . . . .	x
Secção 2. <sup>a</sup> — De sua attribuição sobre os delictos e erros de officio de certos empregados privilegiados. . . . .	381
CAPITULO VI. — Do ministerio publico . . . . .	382
Secção 1. <sup>a</sup> — Do ministerio publico em geral . . . . .	»

<i>Secção 2.<sup>a</sup> — Do ministerio publico em relação directa á corôa, soberania nacional e estabelecimentos publicos . . . . .</i>	384
<i>Secção 3.<sup>a</sup> — Do ministerio publico em relação á administração da justiça criminal . . . . .</i>	385
<i>Secção 4.<sup>a</sup> — Do ministerio publico em relação á administração da justiça civil e commercial . . . . .</i>	387
<b>TITULO VIII. — Dos direitos dos Brasileiros. . . . .</b>	388
<b>CAPITULO I. — Dos direitos em geral e de sua divisão . . . . .</b>	>
<i>Secção unica. — Dos direitos e sua divisão . . . . .</i>	>
<b>CAPITULO II. — Dos direitos individuaes ou naturaes. . . . .</b>	390
<i>Secção 1.<sup>a</sup> — Dos direitos individuaes em geral. . . . .</i>	»
<i>Secção 2.<sup>a</sup> — Do direito de liberdade em geral . . . . .</i>	391
<i>Secção 3.<sup>a</sup> — Da liberdade do pensamento e sua communicação. . . . .</i>	394
<i>Secção 4.<sup>a</sup> — Da liberdade de consciencia e religião ou culto . . . . .</i>	397
<i>Secção 5.<sup>a</sup> — Da liberdade de viajar ou de emigrar. . . . .</i>	398
<i>Secção 6.<sup>a</sup> — Da liberdade de trabalho ou industria . . . . .</i>	399
<i>Secção 7.<sup>a</sup> — Da liberdade de contractar e de associação . . . . .</i>	404
<i>Secção 8.<sup>a</sup> — Do direito de segurança . . . . .</i>	413
<i>Secção 9.<sup>a</sup> — Do direito de igualdade . . . . .</i>	421
<i>Secção 10.<sup>a</sup> — Do direito de propriedade . . . . .</i>	428
<i>Secção 11.<sup>a</sup> — Do direito de reclamação, de queixa e de petição . . . . .</i>	433
<i>Secção 12.<sup>a</sup> — Do direito de mover a acção de responsabilidade dos empregados publicos . . . . .</i>	437
<i>Secção 13.<sup>a</sup> — Do direito á protecção e aos socorros publicos . . . . .</i>	438
<i>Secção 14.<sup>a</sup> — Do direito á instrucção . . . . .</i>	440
<i>Secção 15.<sup>a</sup> — Da suspensão de garantias . . . . .</i>	441
<b>CAPITULO III. — Dos direitos civis. . . . .</b>	443
<i>Secção 1.<sup>a</sup> — Dos direitos civis em geral. . . . .</i>	>
<i>Secção 2.<sup>a</sup> — Da aquisição dos direitos de nacionalidade e seus effeitos . . . . .</i>	447
<i>Secção 3.<sup>a</sup> — Da perda dos direitos de nacionalidade . . . . .</i>	459
<i>Secção 4.<sup>a</sup> — Dos direitos civis em relação ás pessoas, ou do estatuto pessoal. . . . .</i>	461
<i>Secção 5.<sup>a</sup> — Dos direitos civis em relação ás cousas, ou do estatuto real . . . . .</i>	464
<i>Secção 6.<sup>a</sup> — Dos direitos civis em relação aos actos ou factos conventionaes. . . . .</i>	465
<b>CAPITULO IV. — Dos direitos politicos . . . . .</b>	467
<i>Secção 1.<sup>a</sup> — Dos direitos politicos em geral. . . . .</i>	>
<i>Secção 2.<sup>a</sup> — Do gozo dos direitos politicos em geral . . . . .</i>	469
<i>Secção 3.<sup>a</sup> — Do gozo de direito de votar nas eleições primarias . . . . .</i>	470
<i>Secção 4.<sup>a</sup> — Do gozo do direito de eleitor . . . . .</i>	472
<i>Secção 5.<sup>a</sup> — Do gozo do direito de deputado ou membro das assembléas legislativas provinciaes. . . . .</i>	474
<i>Secção 6.<sup>a</sup> — Do gozo do direito de senador . . . . .</i>	475
<i>Secção 7.<sup>a</sup> — Do gozo dos direitos politicos em relação ao exercicio do poder moderador ou imperial. . . . .</i>	477



Secção 8. <sup>a</sup> — Do gozo dos direitos politicos em relação ao poder executivo ou administrativo . . . . .	479
Secção 9. <sup>a</sup> — Do gozo dos direitos politicos em relação ao poder judicial.	482
Secção 10. <sup>a</sup> — Do gozo dos direitos politicos em relação ás liberdades politicas . . . . .	483
Secção 11. <sup>a</sup> — Da suspensão dos direitos politicos e perda delles . . . .	484
Secção 12. <sup>a</sup> — Do direito politico de reformar a constituição . . . . .	485
Conclusão . . . . .	489
Tabella de referencias dos artigos da constituição . . . . .	491
APPENDICE. — PRIMEIRA PARTE . . . . . 497	
Das Leis constitucionaes e administrativas. . . . .	»
Constituição politica do imperio . . . . .	»
Acto adicional . . . . .	522
Regulamento de interpretação do acto adicional . . . . .	528
Organica do conselho de estado . . . . .	529
Regulamento do conselho de estado . . . . .	531
Regulamento da responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado . . . .	537
SEGUNDA PARTE. — Das Leis organicas do supremo tribunal de justiça. . 547	
Organica constitutiva do supremo tribunal de justiça, de 18 de Setembro de 1828	»
Organica de 22 de Setembro de 1828, art. 2. <sup>o</sup> , § 9. <sup>o</sup> . . . . .	554
Primeiro decreto de 31 de Agosto de 1829 . . . . .	»
Segundo decreto de 31 de Agosto de 1829 . . . . .	555
Decreto de 23 de Setembro de 1829 . . . . .	556
Decreto de 9 de Novembro de 1830 . . . . .	557
Decreto de 20 de Dezembro de 1830 . . . . .	558
Decreto de 13 de Maio de 1831. . . . .	563
Decreto de 16 de Novembro de 1831 . . . . .	564
Decreto organico do processo criminal, art. 306 . . . . .	565
Proposição provisoria ácerca da administração da justiça civil, art. 19 . . .	»
Regulamento das relações, de 3 de Janeiro de 1833, art. 60 . . . . .	»
Decreto de 12 Agosto de 1833 . . . . .	566
Decreto de 20 de Setembro de 1833 . . . . .	»
Decreto de 18 de Março de 1835 . . . . .	568
Decreto de 30 de Outubro de 1835. . . . .	569
Decreto de 28 de Setembro de 1837 . . . . .	570
Regulamento de 17 de Fevereiro de 1838 . . . . .	571
Regulamento de 26 de Abril de 1838. . . . .	572
Decreto de 17 de Julho de 1838 . . . . .	673
Decreto de 13 de Agosto de 1838. . . . .	574
Regulamento de 4 de Setembro de 1838, art. 2. <sup>o</sup> . . . . .	»
Decreto de 3 de Dezembro de 1840, arts. 89 e 90 . . . . .	575
Regulamento de 31 de Janeiro de 1841, art. 464 . . . . .	»
Regulamento de 15 de Março de 1841, arts. 31 e 32 . . . . .	»
Regulamento de 29 de Julho de 1849 . . . . .	576
Decreto de 26 de Junho de 1850 . . . . .	579

Decreto de 20 de Outubro de 1850 . . . . .	580
Regulamento de 25 de Novembro de 1850, arts. 665 a 667. . . . .	581
Decreto de 18 de Agosto de 1851. . . . .	»
Lei de 7 de Agosto de 1852. . . . .	582
Regulamento do 1º de Maio de 1855, arts. 82 a 85 . . . . .	582